



FRESTAS DE UM RELICÁRIO: 50 ANOS DO SERVIÇO SOCIAL DA UFMT E SEU ENCONTRO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

Cracks of a relicary: 50 years of social work at UFMT and its meeting with ABEPSS curriculum guidelines

Josiley Carrijo Rafael*

<https://orcid.org/0000-0002-8639-8114>

RESUMO

O presente artigo versa sobre os 50 anos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), primeiro e único curso da rede pública de ensino do estado, e segundo da região Centro Oeste. Além de apresentar elementos históricos que marcaram essa trajetória, buscou-se enfatizar o momento de implementação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), assim como as conquistas e desafios impostos pela defesa de um projeto de formação afinado com os valores e princípios da entidade. Para tanto, foram analisados os projetos pedagógicos que marcam esse recorte temporal, confrontando-os com o movimento da realidade e com a produção do conhecimento crítico sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Formação Profissional. Diretrizes Curriculares. UFMT.

ABSTRACT

This article deals with the 50 years of the Social Work, course at Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), the first and only public academic course in the state of Mato Grosso, and the second in the Midwest region. In addition to presenting historical elements that marked this trajectory, we sought to emphasize the moment of implementation of the Curricular Guidelines of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS), as well as the achievements and challenges imposed by the defense of a refined training project with the entity's values and principles. Therefore, the pedagogical projects that mark this time frame were analyzed, confronting them with the movement of reality and with the production of critical knowledge on the theme.

KEYWORDS: Social Work. Professional Qualification. Curricular Guidelines. UFMT.

Submetido em: 15/6/2020.

Aceito em: 19/10/2020.

* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Docente no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Política Social e no Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Mato Grosso. (UFMT, Cuiabá, Brasil). R. Quarenta e Nove, 2367, Boa Esperança, Cuiabá (MT), CEP.: 78060-900. E-mail: josileyrafael@yahoo.com.br.

DOI 10.22422/temporalis.2020v20n40p128-143



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

A comemoração dos 50 anos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no ano de 2020, se realiza num contexto completamente adverso para a profissão, para as políticas sociais e para a educação pública como um todo. A conjuntura de retrocessos, sem precedentes históricos, compromete a alegria das lutas traduzidas em conquistas e embrutece as palavras que deveriam ser expressas em poesia. Esse é o tom da nossa análise, apesar de localizarmos na resistência o único caminho possível para virarmos as páginas do ano de 2020 e dessa década tão difícil, repleta de calos e derrotas.

É nesse emaranhado de desilusões e questões, que lançamos o desafio de apresentar nesse artigo alguns elementos que marcaram a trajetória do cinquentenário do curso de Serviço Social da UFMT. Tal objetivo, toma proporções mais emblemáticas quando vislumbrado que esse percurso histórico carece de registros bibliográficos socializados/publicados (artigos, capítulos de livros, livros e etc.). Além de buscar suprimos tal carência, temos então, a tarefa de transcender a uma mera análise endógena do referido curso e sua localidade, para somar ao que Netto (2016) defende ao provocar sobre a necessidade de “uma história nova do Serviço Social no Brasil”, sem capitulações, e que, extrapole os “estudos históricos localizados/particulares”.

A pesquisa documental e bibliográfica, apresentada aqui na forma de artigo¹, tomou como marco central de análise o processo de implementação e validação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na graduação da UFMT, tratando como imprescindível para essa compreensão o caldo do movimento histórico que antecede esse estágio, apresentado na atualidade na forma de inúmeros retrocessos e perdas irreparáveis para a classe trabalhadora.

Soma-se a isso, o fortalecimento do irracionalismo, num contexto de negacionismo científico e escancarada miséria da razão. Algo próximo do que Lukács (2012) chamou de “[...] enfraquecimento do senso de realidade [...]” (LUKÁCS, 2012, p. 113), ao examinar o mundo manipulado e as consequências da pressão irracionalista das necessidades religiosas de seu tempo. Ele nos alertava para a crescente manipulabilidade do cotidiano, que para ele estava relacionado com “[...] um crescente afrouxamento das relações dos seres humanos com a realidade” (LUKÁCS, 2012, p. 113).

O filósofo húngaro complementa sua análise apontando que é nesse terreno que desvanece no plano ontológico as possibilidades de diferenciações entre conformismo e protesto, o que pode culminar em interpretações carregadas de viés existencialista, até mesmo nas posturas mais combativas que se dão no plano político-social. Isso cabe para pensarmos nos desvios promovidos pelo identitarismo sem nenhum liame com as classes sociais e distantes de uma ética anticapitalista.

Dentre os retrocessos, nada é mais simbólico que a Emenda Constitucional nº 95, aprovada no apagar das luzes do calendário legislativo de 2016. Inicialmente rotulada como PEC do fim do mundo, a EC-95 congelou as despesas primárias, promovendo uma redução de investimento em relação ao PIB para as próximas duas décadas. Nessa

¹ O artigo é resultado da pesquisa intitulada: *Formação Profissional em Serviço Social na UFMT: História e Direção Político-Pedagógica*, registrada em 2018.

direção, o mercado nada de braçada e contra os trabalhadores, através da elite política conseguiu emplacar a reforma trabalhista, que aniquilou direitos previstos até então na CLT, e, emplacou em 2019, sob o comando do governo Bolsonaro, a reforma da previdência. Todos esses golpes sob a justificativa de que a flexibilização nas relações de trabalho e as alterações previdenciárias iriam automaticamente culminar na criação de inúmeros postos de trabalho, promessas para amenizar os ânimos da população e da opinião popular. As reformas não trouxeram empregos, mas já demonstram a insaciável fome do mercado financeiro e dos seus nervos sempre aflorados. Com isso, já ensaiam a tramitação na Câmara de Deputados algumas propostas de novas reformas administrativas e fiscais, com enfoque na destruição de carreiras e da estabilidade constitucional dos servidores públicos, assim como redução dos salários, congelamento de progressões funcionais e aplicação de avaliação de desempenho para possível exoneração por justa causa.

É nessa turbulência social, econômica, política e sanitária, que o curso de Serviço Social da UFMT comemora seus 50 anos de criação e funcionamento. Sob fortes ameaças de cortes, censura e tentativa de destruição da liberdade de cátedra.

SERVIÇO SOCIAL NA UFMT E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DA ABEPSS: PRECEDENTES HISTÓRICOS E TRANSIÇÕES CURRICULARES

A UFMT foi criada em 1970, quando a capital do estado, a cidade de Cuiabá, já datava 250 anos do seu surgimento. Uma criação tardia, assim como é tardia o aparecimento das Universidades no Brasil, quando comparado com os países da América Latina. A criação da UFMT ocorreu no contexto da ditadura militar e do Ato Institucional nº 5, instaurado no governo de Costa e Silva, no final de 1968, com vigor até o ano de 1978. Como se sabe, mesmo que o governo Bolsonaro tente apagar, a instauração do AI-5 promoveu no Brasil um largo período de arbitrariedade estatal-militar, cuja sequelas são inapagáveis.

A UFMT surgiu através da junção da Faculdade de Direito com o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá. Criado no compasso dessa junção, através da Resolução nº 18 de 09/03/1970, o curso de Serviço Social² apresenta em sua primeira estrutura curricular, um leque de disciplinas que comprovam seu alinhamento com o movimento que o Serviço Social expressava nacionalmente, ou seja, uma estrutura afinada com o que Netto (2005) denomina como “perspectiva modernizadora”. Em linhas gerais, o curso surgiu a partir das necessidades sociais de Mato Grosso, reflexo de um processo acelerado de urbanização da capital, a partir da segunda metade do século XX. Dado a própria estrutura curricular, entendemos que as respostas buscadas e apresentadas para as necessidades demandadas, giravam em torno da coerção estatal, sob a égide do coronelismo, típico da formação política do estado.

² O curso de Serviço Social começa a funcionar no ano de 1970, juntamente com a criação da UFMT. Porém, no ano de 1968 o Governo de Mato Grosso criou a “Faculdade de Serviços Sociais”, através da Lei nº 2.845, publicada no Diário Oficial do Estado, na edição de 2 de outubro de 1968. A nomenclatura da Faculdade foi corrigida pelo Decreto 1.044, de 15 de dezembro de 1969, passando a ser denominada “Faculdade de Serviço Social”. Somente em março de 1970 foi autorizado o funcionamento do curso, através da Resolução nº 18/70, do Conselho Estadual de Educação e Cultura. Na avaliação de Medeiros (1984), o surgimento do curso de Serviço Social em Cuiabá “[...] representou o acordo de interesses políticos e sociais, entre Governo e as assistentes sociais presentes ao movimento em prol da criação deste curso” (MEDEIROS, 1984, p. 56).

Cabe localizar que o curso de Serviço Social da UFMT surge não só no lapso histórico de vigência da autocracia burguesa, mas também no período dos desdobramentos do “Movimento de Reconceituação”, que teve seu ponto de partida no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado na capital gaúcha, em maio de 1965. A questão central da reconceituação estava atrelada “a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento”, colocando em xeque o Serviço Social “tradicional”. No Brasil, o caldo das problematizações culmina na complexa “renovação do Serviço Social”, definida por Netto (2005) como o rearranjo das tradições da profissão por meio de investimento nas tendências do pensamento social contemporâneo, “[...] como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (NETTO, 2005, p. 131).

A relação entre o surgimento da UFMT, e, conseqüentemente do curso de Serviço Social no processo de criação da universidade, carece de estudo e pesquisas, que possam demonstrar a direção político-pedagógica do curso e de todo o significado da UFMT nos anos de repressão e nos subseqüentes ao período de redemocratização do Brasil. São poucos os achados que tratam sobre essa particularidade, fato que evidencia a relevância de estudos e pesquisas, que possam inventariar e analisar esse percurso histórico da instituição, sem desconectá-lo da realidade social, econômica, política e cultural.

O levantamento documental e bibliográfico realizado para desenvolvimento dessa pesquisa, nos possibilitou acessar três Dissertações de Mestrado que tratam sobre projetos de formação em Serviço Social na UFMT e em Mato Grosso, sendo:

Quadro A – Dissertações de Mestrado

ANO	TÍTULO	AUTORIA	PPG
1984	A história do ensino de Serviço Social em Cuiabá, de 1970 a 1982	Maria do Socorro Lopes de Medeiros	Serviço Social - PUC/RJ
1994	O processo de revisão curricular do curso de Serviço Social da UFMT – Década de 1980	Tânia Maria Santana dos Santos	História e Filosofia da Educação -PUC/SP
2014	Formação Profissional em Serviço Social no Mato Grosso: desafios e estratégias para a consolidação das diretrizes curriculares da ABEPSS	Larissa Gentil Lima	Política Social –UFMT

Fonte: Pesquisa Direta.

A pesquisa de Medeiros (1984) sobre a criação do curso de Serviço Social na UFMT, apresenta o processo de urbanização e desenvolvimento de Cuiabá articulado com as relações sociais dominantes que marcam a transição dos anos 1960 para 1970 em Mato Grosso, porém, não notamos nessa análise nenhuma articulação com o contexto nacional da ditadura militar. Sobre o trabalho das pioneiras, a autora destaca que a primeira assistente social contratada em Mato Grosso foi a profissional Maria José Fernandes, formada em 1954 pela Escola de Serviço Social de Campinas, contratada para atuar em Cuiabá em 1965. A partir dessa contratação, outras profissionais foram convidadas a atuar na capital, demarcando o que Medeiros denomina como “Serviço Social institucionalizado”. Em relação ao trabalho profissional, a autora aponta:

Suas programações, de início, abordaram os problemas sociais através de seus efeitos, atuando principalmente num quadro institucional onde se enfocou a assistência às **famílias desajustadas**. O sentido do Serviço Social foi, portanto, **atuar nas disfunções** através de uma participação caracterizada profundamente por uma **visão de caridade**, como esmola, e por um trabalho centrado na doação de bens materiais. Tudo isto simbolizando a ajuda, para a satisfação das necessidades básicas reais e melhoria da qualidade de vida (MEDEIROS, 1984, p. 46-47, grifo nosso).

É notório a utilização de terminologias que expressam a concepção de Serviço Social daquele momento histórico, marcado pela caridade e filantropia, ao mesmo tempo que identificava as expressões da questão social como desajuste e disfunção. Medeiros (1984) aponta que essa “imagem do assistente social como responsável pela cura dos problemas sociais de todos os aspectos de adaptação social” foi que influenciou a criação do curso de Serviço Social em Cuiabá. Tendo ainda, como valores que influenciaram as pessoas empenhadas em formar assistentes sociais, a “[...] visão utilitarista e pragmática da profissão” (MEDEIROS, 1984, p. 49). O estudo de Medeiros, apesar da limitação temporal e de sua nítida vinculação teórica distante da tradição marxista, se constitui no documento mais robusto em termos de dados sobre o processo de implantação e desenvolvimento do Departamento de Serviço Social da UFMT.

O estudo de caso realizado por Santos (1994) buscou analisar o processo de revisão curricular que se desencadeou durante os anos 1980 no curso de Serviço Social da UFMT. Revisão que foi impulsionada pelo debate nacional capitaneado pela então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em torno da elaboração do novo currículo para formação em Serviço Social, que culminou no emblemático Currículo Mínimo de 1982. Após 20 (vinte) anos da realização do estudo de Santos (1994), se deu a conclusão da pesquisa realizada por Lima (2014), que também analisou os projetos de formação em Serviço Social de Mato Grosso e suas vinculações com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, porém, num contexto histórico de intensa mercantilização do ensino, em que a UFMT não era mais a única escola do estado, já existiam várias unidades de ensino privadas, na modalidade presencial e na educação a distância (EAD).

Apresentados os significados das pesquisas analisadas em nosso estudo, destacamos como o percurso dos 50 anos do Departamento de Serviço Social da UFMT é sustentado pelos documentos que orientaram o processo de formação, ou seja, os projetos pedagógicos que marcaram a direção social e política no cinquentenário do curso.

Quadro B – Projetos Pedagógicos

DOCUMENTO	VIGÊNCIA	CARGA HORÁRIA
Estrutura Curricular do Serviço Social	1970 a 1985	2980
Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na UFMT (PFP-1985)	1985 a 1997	3300
Projeto Político Pedagógico (PPP-1997)	1997 a 2007	3090
Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPP-2007)	2007 a 2010	3705
Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC-2010)	2011 – vigente	3204

Fonte: Pesquisa Direta.

Identificamos que o curso não foi criado e implementado através das orientações de um Projeto de Formação, mas sim de uma Estrutura Curricular, que foi revista pontualmente em alguns momentos de sua execução. Essa Estrutura, sustentava-se na tríade metodológica do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, distribuídas em nove disciplinas, sendo três unidades/semestres para cada. Aliada a essa perspectiva teórico-metodológica, nos chama atenção as disciplinas: Introdução à Psicologia; Psicologia Social; Psicologia da Personalidade; Psicologia do Desenvolvimento; Higiene e Medicina Social; Psicopatologia. Ou seja, um currículo demarcado pela influência da psicologia e centrado no positivismo.

Esse currículo teve como referência as Estruturas Curriculares das Escolas do Rio de Janeiro na época, especificamente os cursos sediados hoje na Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). As professoras que atuaram na criação do curso em Cuiabá, entraram em contato com a então ABESS, e foram convidadas pela presidente, Maria Amália Arroz, a participarem de um encontro sobre o currículo mínimo do Serviço Social, promovido pela entidade na Faculdade Fluminense de Serviço Social (MEDEIROS, 1984, p.57).

Apesar da condição periférica de Cuiabá, a criação e desenvolvimento do curso de Serviço Social na UFMT se deu de maneira afinada com as discussões que se processavam nas entidades da profissão. Como já afirmamos anteriormente, a estrutura curricular que funda o curso em Cuiabá é uma expressão do que Netto (2005) denominou como “perspectiva modernizadora”. Essa perspectiva pode ser entendida como uma síntese dos estudos do autor sobre o significado do apanhado teórico desse período histórico e dos Seminários de Teorização do Serviço Social, realizados em Araxá (1967) e em Teresópolis (1970), promovido pelo CBCISS. Tal perspectiva buscava surfar no discurso desenvolvimentista da época, nas palavras de Netto (2005), essa perspectiva do Serviço Social, se colocava como “um instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento – donde, a partir deste traço sintético, a justeza de considera-los exemplares”. Fazendo da imagem da profissão uma expressão teórica e política da condução governamental.

[...] o processo de desenvolvimento é visualizado como um elenco de mudanças que, levantando barreiras aos projetos de eversão das estruturas socioeconômicas nacionais e de ruptura com as formas dadas de inserção na economia capitalista mundial, demanda aportes técnicos elaborados e complexos – além, naturalmente, da sincronia de 'governos' e 'populações' –, com uma conseqüente valorização da contribuição profissional dos agentes especializados em 'problemas econômicos e sociais' (NETTO, 2005, p. 166-167).

Essa expressão coaduna com o desenvolvimento analítico e a vinculação teórica de Medeiros (1984), que ao pesquisar a formação em Serviço Social na UFMT durante o movimento dos anos 1970 e início dos anos 1980, optou em traçar a implantação e desenvolvimento do curso sem fazer nenhuma relação com o contexto ditatorial vivenciado no Brasil. Até mesmo quando localiza em seus escritos que o curso de Serviço Social teve seu reconhecimento pelo presidente da república, General Ernesto Geisel, através do Decreto nº 75.231, de 16 de janeiro de 1975 (MEDEIROS, 1984, p. 96), não existe nenhuma crítica ou contextualização sobre o significado do período ditatorial. Em nossa avaliação, uma expressão sincronizada com o modelo político do período.

Outro elemento que vale ser destacado no âmbito da grade curricular é a oferta das disciplinas: Administração em Serviço Social e Planejamento em Serviço Social. Essas disciplinas conotam o “fulcro renovador” apontado por Netto (2005) ao tratar sobre a hegemonia da perspectiva modernizadora, que, para o autor se expressava por uma espécie de transformismo do Serviço Social, consistindo na “recuperação sem rupturas do tradicionalismo, mas sob novas bases”. No caso dessas disciplinas, entendemos que elas estavam sintonizadas com esse panorama da época, servindo para pavimentar uma das grandes ambições da perspectiva modernizadora, qual seja, uma intervenção profissional ancorada na macroatuação, nas atividades de gestão enquanto “tecnólogos do desenvolvimento”.

Toda a década de 1970 é marcada por inquietações sobre o significado do curso da UFMT e sobre o perfil das estudantes egressas. Certamente uma expressão dos rumos do Movimento de Reconceituação na realidade brasileira, ou seja, do triunfo do “moderno” em relação ao “tradicional”, que cristalizou a dimensão operativa e instrumental, redefinindo o “papel sociotécnico do assistente social”, em outras palavras, “[...] a determinação precisa do papel do profissional como o de um real funcionário do desenvolvimento, em detrimento da retórica que o situava como *agente* deste processo [...]”, esboçado no Documento de Araxá e sacramentado no Documento de Teresópolis (NETTO, 2005, p. 191-192).

Medeiros (1984) relata que o corpo docente do curso era formado majoritariamente pelas escolas católicas, o que rebatia numa prática docente comprometida com os valores cristãos, ainda que a estrutura curricular estivesse alinhada com o funcional-positivismo, o que nos possibilita compreender e coadunar com a tese de Netto (2001, p.92) sobre o “[...] exercício prático-profissional medularmente sincrético”³. O contraponto do moderno com o tradicional, poderia ser melhor evidenciado se tivéssemos a oportunidade de analisar as ementas e os planos de ensino. Porém, a Estrutura Curricular não previa uma ementa e conteúdo, essa elaboração e decisão era realizada pelos professores responsáveis pela sua condução. Documentação não acessada durante a realização de nossa pesquisa.

As inquietações do corpo docente na época, culminaram na revisão da grade curricular em 1972, tomando como maior referência o “Currículo Pleno da PUC-RJ, por se considerar o mais completo” (MEDEIROS, 1984, p. 73). Nessa reformulação não foi alterado o núcleo duro da proposta de 1970, “a reformulação curricular se fez, primordialmente, para atender às exigências do sistema de crédito”. A forte marca psicologizante continuava imperando na nova grade, constatada pela criação de disciplinas optativas como

³ A tese sobre a estrutura sincrética do Serviço Social, identifica que o sincretismo é o “[...] fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão [...]”, essa afirmação se ampara em três fundamentos: “[...] o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção. Todo o complexo de outras determinações sincréticas próprias ao Serviço Social – valorações, componentes de referência teórica etc. – assenta em e concorre e reforça estas bases factuais” (NETTO, 2001, p. 92). O autor se apoia na relação entre questão social e serviço social intermediada pelo Estado, para afirmar o sincretismo como princípio constitutivo da profissão, ao esboçar esse complexo exercício, destaca que “[...] a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético; a sua fenomenalidade e o sincretismo – deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade” (NETTO, 2001, p. 95).

“Seminário de Personalidade e Serviço Social I; Seminário de Personalidade e Serviço Social II; Seminário de Psiquiatria Social, etc.” (p.73-74). Se intensificava a busca pela formação de um técnico da organização do cotidiano, que Netto (2001, p.96) denominou como “tecnologia de organização do cotidiano como manipulação planejada”, cujas funções deveriam “sintonizar, reproduzir e sancionar a composição heteróclita da vida cotidiana com o sincretismo das refrações da questão social”. Numa abordagem na contramão das “bases ontológicas da personalidade”, mas sim de naturalização do social (COSTA, 2012).

Em 1974, o currículo de 1970 passa por outra readequação com objetivo de atender à política nacional de regionalização das Universidades, o Departamento de Serviço Social da UFMT define a necessidade de formação de um “assistente social amazônico”, na direção do perfil definido pela UFMT enquanto Universidade da Selva (UNISELVA). Ao assistente social formado dentro da mentalidade da UNISELVA, caberia um perfil com “[...] a tarefa de preparar e integrar o homem e as comunidades à nova realidade mato-grossense [...]” (COSTA, 2012, p. 85-86), uma concepção de ajustamento dos sujeitos individuais e coletivos, que reafirma o que Netto (2005) aponta sobre a relação entre o moderno sob as bases tradicionais.

A virada dos anos 1970 para 1980 foi marcada pela abertura política, também pelo crescimento exponencial da dívida externa com os organismos internacionais, demarcando ainda mais o capitalismo dependente brasileiro. Nesse inóspito contexto a concentração da riqueza e aumento da pobreza atingiram patamares sem precedentes, reafirmando a lei geral da acumulação, elucidada por Marx. A realidade social provocou novos debates e a “virada” do Serviço Social, que respondeu através da sua vanguarda de maneira articulada aos interesses da classe trabalhadora. Nesse compasso, nota-se ainda o clima de efervescência das lutas sociais e a vinculação do Serviço Social com várias pautas postas pelos sujeitos coletivos. A revisão do currículo de formação atravessa a virada da década, por meio de atividades capitaneadas pela ABESS, com destaque para as Convenções Nacionais. O Currículo Mínimo é aprovado em 1982, sancionado pelo então Conselho Federal de Educação.

Em Mato Grosso, as inquietações do corpo docente da UFMT com o seu currículo se espalhavam para os cursos de formação de supervisão de estágio, nas ações de extensão e nas consultorias que eram buscadas junto aos profissionais e intelectuais dos grandes centros. Nesse período, alguns docentes afastados para cursar o Mestrado retornam para o Departamento de Serviço Social e trazem consigo a experiência acumulada, já dispondo de material bibliográfico em contraposição ao Serviço Social “tradicional”. A soma desses elementos, culminou na elaboração e aprovação do “Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na UFMT”, de 1985 (PFP-1985). O percurso de elaboração e de implantação desse Projeto, foram analisados por Santos (1994), que avalia existir “[...] um certo descompasso entre as questões que permeavam as discussões da categoria, em nível nacional, e as questões que moviam os docentes do curso de Serviço Social da UFMT” (SANTOS, 1994, p. 68).

Identificamos na análise de Santos (1994, p.70) uma diferenciação em relação ao que aparece nos estudos de Medeiros (1984), especificamente na afirmação de um certo atraso do Departamento em se apropriar das discussões que se processavam nacionalmente. As entrevistas realizadas por Santos (1994) mostram que o corpo

docente responsável pela reformulação do currículo na década de 1980 se queixava da dificuldade em acessar as informações e bibliografia dos grandes centros. Enquanto os apontamentos de Medeiros (1984) destacam que todo processo de implementação do curso e revisão da grade curricular, esteve em sintonia com a ABESS e com as principais escolas de referência daquele período.

Ao tratar especificamente do PFP-1985, Santos (1994, p.77) apresenta que o processo da sua elaboração se desenvolveu alinhada com as orientações da ABESS, criou-se uma “comissão de currículo” composta por professores e alunos que posteriormente se desdobrou em outras duas subcomissões, uma que elaborou o “Ante-Projeto de Formação Profissional do Curso de Serviço Social da UFMT”, a outra, que produziu o documento “Estruturação da Prática Curricular – Proposta para o Ante-Projeto do Novo Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da UFMT”. A elaboração do Projeto de Formação foi marcada por inúmeras reuniões, debates e contribuições de inúmeras assessoras, nomes como Nobuco Kameyama, Alba Maria Pinho de Carvalho, Marilda Iamamoto, Carmelita Yazbek, Rosângela Batistoni, dentre tantas outras.

O PFP-1985 eliminou da estrutura curricular a tríade caso, grupo e comunidade, após 15 anos de vigência na UFMT. Apesar das disciplinas terem sido excluídas, não podemos afirmar que tais modelos de intervenção também passaram a ser rechaçados, ao contrário. A tendência psicologizante na formação profissional não foi eliminada, permaneceram 4 disciplinas no novo Projeto, sendo elas: Psicologia I; Psicologia II; Psicologia Social I; Psicologia Social II. No centro da formação passaram a se esboçar todas as contradições expressas nas perspectivas “modernizadora”, “reatualização conservadora” e na perspectiva de “intenção de ruptura”, nos termos de Netto (2005). Nota-se a conjugação dessas perspectivas na maneira como os fundamentos teóricos são apresentados nas ementas e nos seus respectivos conteúdos programáticos. O diferencial do PFP-1985 se expressava na centralidade das disciplinas: História do Serviço Social; Teoria do Serviço Social I, II, III e IV; Metodologia do Serviço Social I, II, III e IV. Com enfoque no neotomismo, positivismo, fenomenologia e marxismo. Apesar da abertura para a tradição marxista, assim como ocorreu no cenário nacional, na UFMT também se evidenciou o “marxismo sem Marx” (NETTO, 2005).

Chama atenção na estrutura curricular proposta pelo PFP-1985 a criação de uma disciplina ofertada em 5 unidades/semestres, denominada de Seminário de Investigação e Prática (SIP) I, II, III IV e V. As disciplinas eram ofertadas de maneira subsequente, uma sendo pré-requisito para a outra. Propunham uma inter-relação gradual, sintonizadas com a dimensão teoria-prática. A ementa base para ambas, se apresentava com o seguinte texto:

Propiciar a aproximação com a realidade social, caracterizando as questões sociais do contexto mato-grossense e, identificando as formas de organização das classes populares, o papel do Estado e das Instituições. Analisar as relações sociais de trabalho, cidadania e cultura da população, considerando os aspectos estruturais e conjunturais que determinam tais condições e sua produção (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 1985, p. 55).

Esse conteúdo atravessava as 5 disciplinas de SIP, que a partir da 3ª unidade também versava sobre o papel do profissional de Serviço Social na divisão social do trabalho, a organização da categoria e o mercado de trabalho, as possibilidades e limites das

correntes de pensamento que alicerçavam a formação, a busca pela identificação das demandas institucionais e da população, etc. Objetivando através da articulação com o Estágio Supervisionado, culminar na elaboração do que estava denominado no PFP-1985 como “Projeto de Investigação e Prática”. Ou seja, num planejamento da investigação e da intervenção que as alunas deveriam cumprir no processo de formação.

Os frutos da reformulação curricular, no âmbito nacional e local, não ficaram blindados das “[...] contradições e ambiguidades que caracterizam a profissão [...]”, fazendo com que Santos (1994, p.103) os avaliassem como expressão do “ecletismo”. Afinal, “[...] o materialismo histórico foi adotado como pressuposto fundamental; porém, as outras correntes teóricas, que marcam historicamente a profissão, não foram eliminadas” (SANTOS, 1994, p. 104). A autora segue sua avaliação afirmando existir “[...] uma enorme distância entre o que havia sido projetado e o que realmente fora concretizado” (SANTOS, 1994, p. 113). Dentre os problemas identificados, destaca-se a ausência de formação continuada dos docentes, que havia sido previsto pela continuidade das assessorias. Santos (1994, p. 117) aponta ainda “[...] o não engajamento dos docentes no processo de revisão curricular (nas assessorias, nas reuniões, nas discussões e reflexões)”.

A adesão aos princípios firmados pelo Serviço Social ao longo dos anos 1980, especialmente na emblemática reformulação do Código de Ética de 1986, colocou para a profissão, tanto na formação quanto no exercício profissional, desafios intelectivos, teóricos e valorativos. A “virada” do Serviço Social, assim como o significado do PFP-1985 não podem ser entendidos como escolhas técnicas aleatórias de toda a complexidade que a totalidade impõe para esse movimento dialético. Uma nova concepção de profissão surgiu a partir dessas rupturas, caberia aos sujeitos individuais e coletivos, compreender que para uma nova concepção de profissão cabe a construção de um novo perfil de profissional, que coloque em xeque cotidianamente os valores conservadores que nos são impostos pelo modo burguês de pensar e agir. Esse desafio não é exclusivo dos sujeitos daquele período, ele continua aceso nas disputas por consciência que travamos, em especial nesse momento tão desolador para quem acredita e luta pela construção de outra sociabilidade.

O PFP-1985 adentrou a década de 1990 levando consigo velhas e renovadas inquietações e contradições em relação ao processo de formação na UFMT. A participação de quadros do corpo docente nas entidades representativas da categoria (período de transição da nomenclatura ABESS para ABEPSS), a renovação e qualificação do corpo docente, o estreitamento da profissão com os clássicos da tradição marxista, potencializaram o reconhecimento da necessidade de reformulação do PFP-1985. Esse exercício é cumprido parcialmente, pois não identificamos no PPP-1997 um esboço fidedigno aos apontamentos da ABEPSS, ou seja, aos princípios e objetivos previstos nas Diretrizes Curriculares (DC) de 1996 (ABEPSS, 1996).

Esse período é marcado pela ofensiva neoliberal, sob a condução gerencial do governo FHC, que promoveu o sucateamento das Universidades, a privatização de empresas estatais, por meio das contrarreformas do Estado. Antes dessa gestão, o Serviço Social brasileiro reviu seu Código de Ética em 1993, demarcando explicitamente a vinculação dos valores éticos defendidos com a ontologia do ser social. No lastro da tradição marxiana e marxista, as DC apontam a centralidade do trabalho e da questão social na concepção de

Serviço Social defendida pela ABEPSS. A proposta está sustentada pela interlocução entre os núcleos de fundamentação da formação, distribuídos assim: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social; Núcleo dos Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade brasileira; Núcleo dos Fundamentos do Trabalho Profissional. Temos então, no Código de Ética de 1993 e nas DC da ABEPSS, juntamente com a Lei nº 8.662/93, de Regulamentação da profissão, os grandes alicerces do que denominamos como Projeto Ético-Político Profissional.

O PPP-1997 foi uma tentativa de atualizar o projeto de formação na direção das DC da ABEPSS, porém, não eliminou a dissociação entre história, teoria e metodologia. Manteve-se a estrutura curricular do PFP-1985, sendo que as mudanças estiveram muito mais localizadas na vontade de membros do corpo docente do que no material esboçado no PPP-1997, ainda que, alguns elementos da linguagem utilizada nesse documento, já apontasse correções teóricas no caminho das DC. Essa constatação não minimiza os esforços das professoras em promover um debate afinado com as discussões que se processavam no cenário nacional. A questão social enquanto matéria se apresentava nos conteúdos das disciplinas de Política Social e Serviço Social e Contemporaneidade; o trabalho, enquanto categoria ontológica, é ser observado em disciplinas dos semestres iniciais.

A virada para o século XXI foi marcada pelo adensamento do debate nacional e local em torno da implementação das DC, que em 2002 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, com substancial esvaziamento do conteúdo proposto pela ABEPSS de 1996. Na UFMT, algumas propostas foram esboçadas vislumbrando a reformulação do PPP-1997, porém, nenhuma tentativa culminou na revisão geral, o que se processou foram alterações pontuais e adaptações que tentavam contemplar alguma especificidade das DC.

Somente em 2007, após muitas reuniões, debates, assembleias, inúmeras revisões, tramitações e apreciações em várias instancias, é aprovado o PPP-2007, atendendo integralmente as DC da ABEPSS.

[...] esse novo projeto tem como desafio abrir trincheiras numa guerra do capital contra o trabalho, do Estado contra a sociedade, fortalecendo dessa maneira a direção social que vimos construindo desde os anos 80 e está impressa no nosso projeto ético-político: formar profissionais em consonância com a realidade social, sem perder de vistas que somente em condições objetivas pode-se mudar o rumo da história, mas que são sujeitos da história todos os homens e mulheres que desejam uma nova ordem social mais humana, mais justa e mais igualitária. Por conseguinte, com garantias de democracia, cidadania e direitos sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 2007, p. 7).

A implementação do PPP-2007 ocorreu num Departamento renovado e qualificado, com professores egressos de doutorados em Serviço Social e outras áreas, nos programas de pós-graduação mais conceituados do Brasil. Ironicamente, é no cenário político da conciliação de classes gerida pelo governo do PT, que pela primeira vez as dissociações entre história, teoria e metodologia estavam eliminadas na concepção e na estrutura curricular do curso de Serviço Social da UFMT, promovido pela adesão ao formato das disciplinas supostamente agregadoras: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológico (FHTM) do Serviço Social I, II e III. A implementação dos núcleos de fundamentação possibilitou uma melhor compreensão sobre o significado e complementariedade das

disciplinas que se distribuem entre eles. A centralidade do trabalho e da questão social se manifestou não somente na forma de disciplinas e ementas, mas na transversalidade que essas matérias passaram a ocupar no PPP-2007.

A reformulação também promoveu a implantação de uma Política de Pesquisa e Extensão, assim como o Regulamento de Estágio, que dentre outros elementos definia as atribuições da estagiaria, da supervisão acadêmica e supervisão de campo. O Departamento optou pela dissolução dos núcleos temáticos de pesquisas que haviam sido criados na década de 1990, e definiu como linhas: i) Estado, Sociedade e Serviço Social; ii) Trabalho, Questão Social e Serviço Social. Esse desenho orientou o movimento para a criação do Programa de Pós-Graduação em Política Social, que redefiniu as linhas ao elaborar o projeto que culminou na criação do Mestrado em 2009.

Em 2010 o PPP-2007 foi revisado, com objetivo de reparar as lacunas em relação à carga horária, que extrapolava os 100 dias letivos estabelecidos pelo MEC, dado a carga horária de 75 horas das disciplinas. Com isso, foi elaborado o PPC-2010, que propõe a supressão e acréscimos de algumas disciplinas, reformulações de ementas e atualização das bibliografias. Essa reformulação suprimiu um total de 501 horas, na comparação entre o PPC-2010 e o PPP-2007, parte da carga horária eliminada era das disciplinas de Seminário de Práticas do Estágio Supervisionado, espaço que era destinado para a realização da supervisão acadêmica. Temos nesse ponto, um retrocesso político-pedagógico que vai na contramão das DC e da Política Nacional de Estágio (PNE) elaborada e aprovada em 2009 pela ABEPSS.

O PPC-2010 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 2010) encontra-se em vigência até o presente ano (2020) e os equívocos em relação ao estágio supervisionado ainda não foram corrigidos. Contudo, atualmente está regulamentada uma comissão de reformulação do projeto pedagógico, que visa localizar e analisar as lacunas do PPC-2010, com objetivo de propor um novo projeto em sintonia com as DC e com o acúmulo da ABEPSS construído ao longo das duas últimas décadas, reafirmando o comprometimento do Departamento de Serviço Social da UFMT com o projeto ético-político, consequentemente com a formação crítica e a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Desde 2007, sob a vigência dos projetos pedagógicos que expressam a sintonia e defesa das DC da ABEPSS, temos um total de 414 egressos, ou seja, de bacharéis em Serviço Social formadas sob a orientação das DC. Esse número, quando analisado semestralmente, não expressa uma homogeneidade no percurso histórico em questão. Nos últimos anos, observa-se uma baixa no número de formandas. O que exige a necessidade de estudos para compreensão das causas dessa constatação.

O número de egressos precisa ser confrontado com o número de vagas disponibilizadas para ingresso semestral, sendo que desde 2007, atendendo as determinações da Reforma Universitária (REUNI), o curso de Serviço Social ampliou de 30 para 40 vagas a oferta por semestre. Isso corresponde ao universo de 800 ingressantes no período analisado, ou seja, no recorte histórico de vigência do PPP-2007 e PPC-2010. Desses, o equivalente matemático a 51,75% concluiu o curso, percentual aparentemente alto de evasão, necessitando ser comparado com outras instituições de ensino com o mesmo perfil do

curso da UFMT. Uma das hipóteses levantadas pelo atual corpo docente diz respeito a oferta do curso ser exclusivamente no período matutino, fator que dificulta a possibilidade de conciliação entre estudo e trabalho, necessidade imposta pelo perfil das estudantes. Outro dado que reafirma o histórico perfil de assistentes sociais é a demarcação majoritária do sexo feminino, do total de 414 egressos, somente 24 são do sexo masculino, sendo 390 do sexo feminino, representação percentual de 94,2%.

Para além dos números estatísticos, que precisam ser analisados, é inquestionável o salto qualitativo do Departamento identificado na concepção dos diferentes projetos pedagógicos, reflexo do amadurecimento da profissão no cenário nacional e da formação continuada oportunizada pela qualidade dos programas de pós-graduação da área e áreas correlatas. A maturidade intelectual pode ser constatada na relevância social do curso de graduação e do mestrado em política social, esse último, até 2019 composto exclusivamente por docentes assistentes sociais, que já promoveram a conclusão de mais de 100 dissertações de mestrado.

O compromisso ético-político do Departamento de Serviço Social da UFMT se constata pelos erros e acertos na tentativa de se orientar pelas DC e pelos debates propostos pelas entidades representativas da categoria profissional nos últimos anos. Nesse leque de bandeiras de lutas que passam a ser incorporadas pelas questões apresentadas pela dinâmica da realidade social, alguns temas foram tardiamente incorporados e outros ainda se mostram frágeis no atual projeto pedagógico.

Cada vez mais tem sido demandado pelo corpo discente e pelo cotidiano, a necessidade de incorporarmos com mais afinco o debate sobre as relações raciais e consequentemente sobre o racismo. Tal temática deveria ser amplamente debatida no processo de formação acadêmica, principalmente pela própria dinâmica da história brasileira, que tardiamente eliminou o trabalho escravo a qual a população negra era violentamente submetida.

O trato teórico e analítico da questão social parece ainda não ter dado conta dessa tarefa, o que nos coloca diante da possibilidade de incorrerem em erros que podem escamotear o trato das relações raciais na dinâmica dos estudos sobre as classes sociais na sociabilidade burguesa do tempo presente. Nessa mesma direção, o projeto pedagógico e as pesquisas realizadas pelos docentes, precisam incorporar a particularidade da formação mato-grossense em sintonia com o debate sobre a formação social do Brasil. Nessa relação dialética, temos um grande débito com a questão indígena, pois carecemos de estudos no Serviço Social que possam buscar respostas imediatas e mediatas para as variadas tensões vivenciadas por essa população, cada vez mais dizimada e arrancada de suas terras originárias.

Como resposta para esse débito, poderíamos apresentar a interdisciplinaridade como caminho viável para nossas necessidades teórico-políticas. No entanto, isso tem se colocado como outro grande desafio pedagógico para os docentes e para a gestão do curso de Serviço Social. Conforme o PPC-2010, o curso de Serviço Social possui 12 disciplinas obrigatórias ministradas por docentes de outros Departamentos, que num primeiro momento podem ser interpretadas como ricas possibilidades de diálogo interdisciplinar. Porém, não é isso que temos evidenciado, especialmente em disciplinas

chaves para a compreensão do significado da tradição marxista, seja no campo da crítica da economia política, no campo da teoria revolucionária ou no trato do método em Marx.

Isso se desdobra para a compreensão e distinção entre epistemologia e ontologia, colocando em xeque a centralidade da categoria totalidade no processo de formação e exercício profissional. A observação que anotamos aqui, se mostra confusa na redação do PPP-2007 e no PPC-2010, evidenciando limitações que precisam ser encaradas pelos docentes vinculados à ontologia do ser social, para que a reflexão epistemológica não se converta no epistemologismo formalista, “[...] num andamento intelectualivo que, diluindo as dimensões ontológicas originais da fonte marxiana, indica a hipoteca (neo)positivista que pesa sobre esse epistemologismo [...]”, como nos alertou Netto (2005, p. 282-283). Um exemplo importante é a vigília que precisamos dispensar à disciplina de ética, que deve ser transversal em toda estrutura curricular, mas que ao se apresentar na forma de disciplina, ainda que a ementa garanta o enfoque ontológico, é preciso atentarmos para não privilegiarmos exclusivamente o debate sobre normas e condutas.

Além das questões relacionadas ao estágio supervisionado, notamos também alguns ruídos na forma como os chamados FHTM do Serviço Social aparecem no PPP-2007 e no PPC-2010. Trata-se do etapismo que culmina na distribuição do conteúdo em 3 unidades/semestres, sendo: i) estudo do surgimento do Serviço Social e sua concepção “tradicional”; ii) estudo do Serviço Social a partir da década de 1960, os desdobramentos do Movimento de Reconceituação e a renovação expressa nas 3 perspectivas categorizadas por Netto (2005); iii) estudo do Serviço Social na atualidade e a hegemonia da perspectiva de “intenção de ruptura”. Todos esses elementos devendo ser tratados na relação com o movimento histórico de cada período. Essa distribuição apresenta um descompasso quali-quantitativo de conteúdo entre os 3 FHTM, que não tem conseguido ser equacionado ao longo da implementação das DC no curso da UFMT. Uma das propostas apresentadas pelos docentes que atuam nessas disciplinas é a ampliação de mais um semestre, porém, por si só, isso não resolve o etapismo e não elucida os ruídos a serem enfrentados. Esse problema tem se colocado desde o processo inicial da implementação nacional das DC, entendemos que isso exige retomarmos as avaliações que foram realizadas nas Oficinas da ABEPSS e também por intelectuais que se debruçaram na análise dessa questão.

Ao tratarmos o denso arcabouço histórico, documental e humano do Departamento de Serviço Social como uma espécie de relicário, nitidamente pretendemos conotar a riqueza que identificamos e reconhecemos nesse recorte de pesquisa, ainda que a particularidade requisite mediações para atingirmos o que nos propusemos a construir, rumo a uma “história nova do Serviço Social”.

Inúmeros são os desafios, assim como é potente nossa resistência ao tentarmos não ceder espaço para o retrocesso e para o conservadorismo, que parece avançar na velocidade da luz. A riqueza dessa história, analisada aqui pelas brechas possíveis e impostas pelas delimitações normativas, é compreendida como a soma de esforços de várias gerações, de diferentes posições, raças, orientações sexuais e setores da classe trabalhadora, que teceram arduamente essa trajetória. Ainda que, as discordâncias no âmbito dos fundamentos teóricos e posições políticas existam e precisam ser apontadas, entendemos que somente conhecendo de forma aprofundada o que rechaçamos no atual estágio da profissão e da sociabilidade burguesa, é que poderemos criar anticorpos

contra os ventos do serviço social “tradicional” e conservador que ronda nossas vidas e atravessa igualmente as diferentes gerações, sujeitos individuais e coletivos que construíram essa história.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 26 dez. 2020.

ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS. N. 07. **Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios**. Cortez: São Paulo, 1997.

COSTA, Gilmaisa Macedo. **Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria da personalidade em Gerg Lukács**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Larissa Gentil. **Formação Profissional em Serviço Social no Mato Grosso: desafios e estratégias para a consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/773>. Acesso em: 26 dez. 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEDEIROS, Maria Socorro Lopes. **A História de ensino do Serviço Social em Cuiabá: de 1970 à 1982**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Tânia Maria Santana. **O processo de revisão curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na UFMT**. Cuiabá, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Cuiabá, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Projeto Pedagógico de Curso de Serviço Social**. Cuiabá, 2010.

Josiley Carrijo RAFAEL

Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Mestrado em Educação pela mesma Universidade; Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com experiência de ensino nos temas: Formação Social do Brasil; Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social; Questão Social; Ética; Direitos Humanos e Supervisão Acadêmica de Estágio. Ministra disciplinas no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Política Social e no Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFMT. Coordenador do GT Gestão e Controle Social do PET Interprofissionalidade da UFMT (Cuiabá). Atualmente é Vice Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS - Região Centro Oeste).
